

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 171/2013

O MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria Nº 8192 de 03 de Maio de 2012, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme descrito neste Edital e seus anexos, sendo que a fase de Credenciamento juntamente com a entrega dos envelopes de Proposta e Habilitação será realizada até às 14:15 horas do dia 09 de janeiro de 2014, na sala de reuniões, localizado na Rua Babitonga, 279 — Centro, nesta Cidade, e a abertura dos envelopes de proposta acontecerá a partir das 14:30 horas do mesmo dia. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, aplicar-se-ão subsidiariamente as normas constantes das Leis 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de óleo diesel comum e/ou superior e gasolina comum para o exercício de 2014, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência), parte integrante deste Edital.

2. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

- 2.1 O licitante poderá vir representado por seu administrador ou por mandatário.
- 2.2. Somente será admitido o credenciamento de um único representante para cada licitante.
- 2.3. O representante deverá ter poderes para, em nome do licitante, praticar todos os atos relativos às etapas do pregão, principalmente para formular propostas, apresentar recursos e impugnações.
- 2.4. Os poderes de representação deverão ser demonstrados junto ao Pregoeiro por meio de instrumentos públicos ou particulares, observado o seguinte:
- I No caso de pessoa que exerce a função de órgão da empresa (proprietário, dirigente, sócio-gerente, etc.), deverão ser apresentados: a carteira de identidade do representante e o instrumento de constituição da sociedade empresária (contrato social ou estatuto), o qual deverá constar os poderes necessários a assunção de obrigações em nome da pessoa jurídica e contemplar, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza do objeto da licitação;



Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

Observação: Se o representante for sócio não detentor de poderes para isoladamente formular propostas ou praticar atos de administração, os demais sócios participantes da administração, conforme dispuser o instrumento de constituição da empresa, deverão outorgar-lhe os poderes necessários.

- II Os mandatários deverão apresentar o documento de identidade e instrumento de mandato respectivo com a firma do outorgante reconhecida. Juntamente com os documentos mencionados, o mandatário deverá apresentar documento (contrato social, estatuto, etc.) que comprove os poderes do mandante para a outorga das faculdades constantes da credencial.
- 2.5. O licitante que não cumprir as exigências de representação não poderá formular as ofertas verbais da etapa de lances do pregão, valendo, contudo, para todos os efeitos, os termos de sua proposta escrita. Outrossim, o licitante não poderá praticar qualquer ato na sessão de realização do certame, como a interposição de recursos.
- 2.6. Todos os documentos relativos ao credenciamento de representantes devem ser entregues separadamente.
- 2.7. Após o credenciamento, os interessados ou seus representantes deverão apresentar uma declaração (**modelo no Anexo III**), fora dos envelopes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação. O cumprimento dessa exigência é prérequisito para participação no certame.
- 2.8. Quando o licitante não indicar representante para credenciamento, deverá apresentar o instrumento de constituição da sociedade (Contrato Social, estatuto, etc, devidamente autenticado) juntamente com a declaração constante do item 2.7 (Modelo Anexo III).

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Não poderá participar desta licitação quem esteja em situação jurídica impeditiva de contratar com o Poder Público, bem como servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 3.2. Não será permitida a participação de consórcios.

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

4.1. A proposta de preço e os documentos de habilitação deverão ser entregues no dia, hora e local fixado no preâmbulo deste instrumento, em envelopes distintos, opacos, lacrados com folhas rubricadas, sem emendas, rasuras ou ressalvas, e identificados com o nome comercial da licitante e com os seguintes dizeres:



Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO DO SUL PREGÃO Nº 171/2013 RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL PREGÃO Nº 171/2013 RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE CNPJ

- 4.2 Não havendo expediente na data marcada para o recebimento da proposta e para a realização do certame, fica a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, conservando a mesma hora e local, se outra data ou horário não forem estabelecidos pelo Setor de Licitações e Contratos ou pelo Pregoeiro.
- 4.3 O pregoeiro receberá e verificará a regularidade dos envelopes trazidos pelos licitantes, observando o preenchimento dos requisitos fixados neste edital.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.1. A proposta deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, em única via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas. Suas folhas devem ser rubricadas, a última datada e assinada por pessoa com poderes para assumir obrigações em nome da empresa (proprietário, dirigente, sócio-gerente ou mandatário), e dela deverão constar:
- a) o seguinte título: "PROPOSTA DE PREÇOS PARA O PREGÃO Nº 171/2013".
- b) o nome comercial da proponente, número do CNPJ, endereço, telefone, fac-símile e dados bancários.
- c) indicação individualizada e característica dos objetos que estejam sendo cotados e as especificações completas desses produtos, que deverão estar de acordo com as exigências constantes do Anexo I, não se admitindo propostas alternativas.
- d) cotação dos preços em moeda nacional, já incluídos tributos, fretes, taxas, seguros e outras despesas incidentes.
- e) os preços unitários e os totais expressos em algarismo e por extenso, como também, o **total do LOTE**.
 - e.1) em caso de divergência entre os preços unitários e os totais, prevalecerão os primeiros.



Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

- e.2) Ocorrendo discordância entre o valor em algarismo e por extenso contido na proposta prevalece o valor por extenso.
- 5.2. O licitante deverá mencionar na sua proposta:
 - α) a distância entre o posto e o edifício sede da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul.
- 5.2.1 a distância poderá ser verificada por meio de diligência nos termos do artigo 43, § 3°, da Lei de Licitações nº 8.666/93 e alterações;
- 5.2.2 O licitante deverá declarar que arcará gratuitamente com o combustível necessário para abastecer o veículo quando o trajeto entre o posto e o edificio sede da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, for superior à 4,5Km, distância esta que será multiplicada por dois (ida e volta) e considerando para tanto que o veículo tenha a seguinte relação de consumo: 7 Km/lt.
- 5.3. Não serão aceitas propostas: alternativas, submetidas a termo, condição ou encargo ou com preços indeterminados.
- 5.4. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, contado da data prevista para entrega dos envelopes.
- 5.5. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita, salvante as alterações dos preços decorrentes da etapa de lances ou a correção de meros erros formais.
- 5.6. Poderão ser corrigidos pelo pregoeiro erros meramente matemáticos.
- 5.7. A falta de rubrica, data e/ou assinatura na proposta somente poderá ser suprida por representante da proponente, com poderes para tal fim, que esteja presente na reunião de abertura dos envelopes.
- 5.8. Se da proposta constar condições materiais mais vantajosas que as exigidas neste edital, elas não serão consideradas para efeito de escalonamento das ofertas, mas vincularão o proponente na execução contratual.
- 5.9. A apresentação das propostas implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

6. DOS DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS

6.1. Os documentos necessários à habilitação no certame são os seguintes:

6.1.1. Quanto à habilitação jurídica:

a) declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, (**modelo do Anexo IV**), assinada por representante com poderes para agir em nome da empresa.



Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

b) Declaração (**modelo no Anexo V**) de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

6.1.2. Quanto à regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade para com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito emitida pelo INSS);
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais), expedida pela Receita Federal;
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.

6.1.3. Quanto à regularidade econômico-financeira:

- a) certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data não anterior a 60 dias da data constante no preâmbulo deste edital ou, a validade constante na mesma, prevalecendo esta última;
- b) Balanço Patrimonial e/ou demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente assinados por contador ou por profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade CRC, que comprovem a boa situação econômica financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisórios.
- b.1) Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis apresentados juntamente com os Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e autenticados pela Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

6.1.4 – Quanto a qualificação técnica:

a) Apresentar atestado(s), emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu, de maneira satisfatória e a contento, materiais/serviços de natureza similar ao ora licitado.



Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

- 6.2. Os documentos acima poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia (legível) autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- 6.2.1 A autenticação de documentos por servidor da administração, não será efetuada após o início do certame (fase de credenciamento) e nem durante a sua realização.
- 6.3. A validade dos documentos será aquela expressa nos mesmos ou estabelecida em lei.
- 6.4. Em caso de omissão, o Pregoeiro admitirá como válidos os documentos emitidos a menos de 60 (sessenta) dias de sua apresentação, não se enquadrando no prazo de que trata este item os documentos cuja validade é indeterminada e os atestados de capacidade técnica.
- 6.5. Os licitantes que apresentarem documentos em desacordo com as estipulações desta seção ou não lograrem provar sua regularidade serão inabilitados.

7. DO PROCEDIMENTO

- 7.1. No dia, hora e local fixados no preâmbulo deste ato convocatório, o pregoeiro instaurará a sessão pública destinada ao credenciamento dos representantes, ao recebimento dos envelopes de propostas de preços e de documentação e, ainda, à realização do procedimento licitatório.
- 7.2. Inicialmente será verificado o credenciamento dos representantes, devendo o pregoeiro motivar suas decisões quanto a esta fase, consignando-as em ata, principalmente nos casos em que se decidir pela irregularidade da representação.
- 7.3. Recebidos os envelopes, descaberá a desistência da proposta.
- 7.4. Em seguida, o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e as examinará, a fim de verificar o cumprimento das condições formais e materiais estabelecidas neste Edital, devendo ser desclassificadas, de plano, as que estiverem em desacordo.
- 7.5. **Para cada lote**, as propostas de preços válidas serão ordenadas em ordem crescente de preços, devendo ser, em seguida, eleitos para participar da fase de lances o autor da proposta de preço mais baixo e os que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até dez por cento relativamente ao menor preço.
- 7.6. Se não existirem, no mínimo, três propostas escritas que atendam às condições previstas no item anterior, serão selecionados para a fase de lances os autores das 03 (três) melhores propostas, quaisquer que sejam os preços.
- 7.7. Considerando o estabelecido no item anterior, caso haja propostas empatadas na terceira posição, todas elas participarão da etapa de lances.



Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 Fax (047) 3471-2229 - CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 - São Francisco do Sul - Santa Catarina

- 7.8. A fase de lances se processará em rodadas consecutivas, nas quais os representantes dos licitantes selecionados poderão formular, sucessivamente, ofertas verbais, na oportunidade de cada um, até que se obtenha o menor preço possível.
- 7.9. Os licitantes só poderão ofertar um lance por rodada.
- 7.10. O primeiro lance caberá ao autor da proposta selecionada de maior preço. Logo depois, o pregoeiro convidará individualmente, em ordem decrescente de preços, os demais licitantes selecionados para ofertarem seus lances, seguindo a mesma sequência nas rodadas subseqüentes.
- 7.11. Caso duas ou mais propostas escritas apresentem valores iguais, para se estabelecer a ordem de oferta de lances, serão realizados sorteios, cujos vencedores deverão assumir os lugares subsequentes na sequência.
- 7.12. Os lances deverão ter seus valores distintos e mais reduzidos do que os propostos anteriormente.
- 7.13. A formulação de lances não é obrigatória. A eventual recusa do licitante em ofertar lance, quando for convidado, seja na rodada inicial seja nas subsequentes, implicará, apenas, sua exclusão da fase de lances nas rodadas ulteriores. Contudo, nessa hipótese, o preco da proposta escrita ou do último lance formulado, conforme o caso, será mantido, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.14. O preço da proposta escrita do licitante sem representação continuará válido na etapa de lances, se ela for selecionada para tanto.
- 7.15. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a aquisição.
- 7.16. Os lances deverão ficar adstritos à redução dos preços, não se admitindo ofertas destinadas a alterar outros elementos da proposta escrita.
- 7.17. Quando convidado a ofertar seu lance, o representante do licitante poderá requerer tempo, para analisar seus custos ou para consultar terceiros, podendo, para tanto, valer-se de celular. O tempo concedido não poderá exceder 5 minutos.
- 7.18. O pregoeiro deverá registrar os lances ofertados, podendo, para tal fim, usar meios eletrônicos de gravação.
- 7.19. Quando for obtido o menor preço possível para o lote, a etapa de lances será concluída para ele.
- 7.20. Declarada encerrada a fase de lances, o pregoeiro procederá à classificação dos licitantes, considerando os valores lançados, e examinará a aceitabilidade da menor proposta, quanto ao objeto e ao preço, decidindo motivadamente a respeito.



Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

- 7.21. Se a proposta do primeiro classificado for aceita, o pregoeiro deverá abrir o respectivo envelope de documentação, para confirmar as condições habilitatórias, consoante as exigências deste Edital.
- 7.22. Constatado o atendimento das exigências habilitatórias, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- 7.23. Se a oferta de menor preço não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente. O pregoeiro continuará semelhante procedimento, seguindo a ordem de classificação, até encontrar uma proposta que atenda a este Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.
- 7.24. Nas situações previstas nos subitens **7.15**, **7.20**, **7.23**, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente, para que seja obtido preço melhor.
- 7.25. A adjudicação do objeto ao vencedor somente será feita pelo pregoeiro se não houver manifestações recursais.
- 7.26. A adjudicação do objeto ao vencedor não produz o efeito liberatório dos demais licitantes classificados, que somente se desvincularão e terão sua documentação habilitatória devolvida após a emissão da respectiva Nota de Empenho.
- 7.27. Decididos os recursos, caberá à autoridade superior (Prefeito Municipal) adjudicar os objetos da licitação ao vencedor.

8. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS RECURSOS

8.1 – Da impugnação do Ato Convocatório:

- 8.1.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão até 02 (dois) dias úteis anteriores ao dia do certame;
- 8.1.2. A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no art. 12 do Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamenta a Licitação na Modalidade de Pregão, devendo ser entregue diretamente ao pregoeiro;
- " art 12) .Até dois dias antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.
- § 1° Caberá ao pregoeiro decidir no prazo de vinte e quatro horas.
- § 2º Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- § 3° Em caso de alteração do texto do edital e de seus anexos que afete a documentação a ser apresentada ou formulação da proposta, será restituído na integra o prazo de divulgação antes concedido."



Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

8.2 - Dos Recursos

- 8.2.1. Os recursos deverão ser interpostos, verbalmente, no final da sessão, devendo o licitante interessado indicar o(s) ato(s) atacado(s) e a síntese das suas razões (motivação), que serão registrados em ata.
- 8.2.2. O pregoeiro indeferirá liminarmente recursos intempestivos, imotivados ou propostos por quem não tem poderes, negando-lhes, deste modo, processamento, devendo tal decisão, com seu fundamento, ser consignada em ata.
- 8.2.3. Interposto o recurso e apresentada sua motivação sucinta na reunião, o licitante poderá juntar, no prazo de três dias, memoriais contendo razões que reforcem os fundamentos iniciais. Não será permitida a extensão do recurso, nos memoriais mencionados, a atos não impugnados na sessão.
- 8.2.4 Os demais licitantes, ficando intimados desde logo na própria sessão, poderão apresentar suas contra-razões no mesmo lapso do item anterior, contado do encerramento do prazo do recorrente para a apresentação das razões.
- 8.2.5. O recurso contra ato do pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 8.2.6. A falta de manifestação recursal imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.
- 8.2.7. Preenchidas as condições de admissibilidade, o recurso será processado da seguinte forma:
- I O pregoeiro aguardará os prazos destinados à apresentação dos memoriais de razões e contra-razões;
- II Encerrados os prazos acima, o pregoeiro irá analisar o recurso, suas razões e contrarazões, podendo reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir para a autoridade superior devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.
- 8.2.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.2.9. Os memoriais dos recursos e contra-razões deverão dar entrada no **Serviço de Protocolo deste Órgão**, localizado no prédio sede da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, no endereço constante do preâmbulo deste edital, observando-se o disciplinamento do item 8.4.
- 8.2.10. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria de Administração.



Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

8.2.11. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente (Prefeito Municipal) homologará a adjudicação.

9. DO PREGOEIRO

- 9.1. Compete ao pregoeiro a condução do certame, em todas as suas etapas, incumbindolhe os atos decisórios de cada fase.
- 9.2. O pregoeiro exercerá a polícia dos trabalhos, podendo determinar a abstenção de qualquer ato que embarace o procedimento, pedir o silêncio e determinar a saída de pessoas (licitantes, representantes ou interessados) que se conduzam de forma inadequada e abusiva.
- 9.3. O pregoeiro será auxiliado pela equipe de apoio em todas as etapas do procedimento licitatório.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇAO

- 10.1. A adjudicação, em favor da(s) licitante(s) vencedora(s), será feita pelo pregoeiro no final da sessão e registrada em ata.
- 10.2. Em havendo recurso submetido à autoridade superior competente (Prefeito Municipal), na forma do sub-item 8.2.8 deste edital, a adjudicação será feita pelo mesmo.
- 10.3. A homologação em favor da(s) licitante(s) adjudicada(s) nesta licitação será feita pelo Prefeito Municipal, após recebimento do processo concluído pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

- 11.1 A(s) empresa(s) vencedora(s) se obriga a:
- a) entregar o objeto em estrita conformidade com as disposições deste edital e seus anexos e com os termos da proposta de preços;
- b) os produtos relacionados no Anexo I, serão solicitados de acordo com a necessidade da Secretaria dos Balneários, mediante apresentação de requisição devidamente assinada pelo respectivo secretário.
- c) O abastecimento dos veículos deverá ocorrer em Posto de Gasolina dentro do perímetro urbano deste Município;
- d) responsabilizar-se pela qualidade dos produtos fornecidos, sob pena de responder pelos danos causados a Administração;



Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

- e) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;
- f) aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1°, da Lei n° 8.666/93;
- g) cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

- 12.1 A Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul obriga-se a:
- a) efetuar o pagamento na forma prevista neste instrumento;
- b) comunicar imediatamente à empresa qualquer irregularidade manifestada na entrega do objeto;

13. DO REAJUSTE

13.1 Os preços contratuais resultantes do objeto da presente licitação serão alterados de acordo com índices oficiais divulgados pelo Governo Federal.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no orçamento do Município, para o exercício de 2014, sendo:

| | Unidade Orçamentária | 1901 – Secretaria Municipa dos Balneários | | |
|---|--|---|--|--|
| | | Gerência de Serviços Administrativos e Finaceiro | | |
| | Projeto Atividade 2042 – Manut. das atividades administrativas da Secretar | | | |
| Elemento Despesa 339030.01 – Combustíveis e lubrificantes automotivos | | 339030.01 – Combustíveis e lubrificantes automotivos | | |
| Vínculo do Recurso 14202 – Royalties de Petróleo - Lei 9478/97 - 49 | | 14202 – Royalties de Petróleo - Lei 9478/97 - 49 | | |

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. O pagamento dar-se-á mensalmente à CONTRATADA em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal devidamente visada pelo Secretário Municipal e o comprovante de abastecimento.
- 15.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.
- 15.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.



Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

15.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, o Município poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:
- a) **advertência**, em virtude do descumprimento de obrigações de pequena monta, podendo a Administração, no caso de haver o cometimento reiterado das faltas ensejadoras desta sanção, aplicar outras mais severas;
- b) **multa** de mora de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor total empenhado, em virtude de atraso no cumprimento das obrigações estabelecidas, aplicada até o limite de cinco dias;
- c) **multa** de 2% (dois por cento), sobre o valor integral do empenho, em razão de inexecução total, ou sobre o valor remanescente, no caso de inexecução parcial;
- d) **suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 16.2. Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.
- 16.3. A sanção prevista na alínea "d", do subitem 16.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.
- 16.4. A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.
- 16.5. As multas poderão ser cumuladas e serão descontadas dos valores devidos à contratada, se houver, ou cobradas judicialmente.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. O licitante vencedor, após homologação, será convocado para assinatura do termo de contrato no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação do Município, ou a contar da ciência pessoal dos autos, e/ou ser-lhe-á enviada por fax, na forma do art. 64 da Lei nº 8.666/93;
- 17.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do Município, mediante pedido devidamente justificado.



Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

- 17.3 Quando o valor da proposta tiver sido alterado em razão de lance oferecido na sessão pública do pregão a licitante contratada deverá apresentar no prazo fixado para assinatura do contrato ou termo equivalente, nova planilha de preços com os valores correspondentes a adjudicação a qual substituíra a primitiva como parte integrante do processo licitatório;
- 17.4 Caso a notificação não seja atendida pela adjudicada, sem prejuízo de enquadramento do respectivo licitante nas penalidades legalmente cabíveis, o Município poderá optar pela convocação das demais proponentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e examinará as propostas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até apuração de uma que atenda o edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;
- 17.5. É facultado ao Pregoeiro ou ao Prefeito Muncipal, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;
- 17.6. Fica assegurado ao Município o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, esta licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente;
- 17.7. As proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;
- 17.8. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;
- 17.9. Conforme preceitua o § 4º do Artigo 62 da Lei 8.666/93, o documento hábil para formalização será o Termo de Contrato;
- 17.10. A proponente que vier a ser a vencedora, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% do valor inicial atualizado;
- 17.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão;
- 17.12. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do processo licitatório;
- 17.13. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação deste Edital e seus Anexos, serão atendidos pelo Pregoeiro no horário de 08:30 às 12:00hs e das 14:00 às 17:30h, na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal, situado na Praça Dr. Getulio Vargas,01, Centro São Francisco do Sul SC, ou através do telefone (xx) 47 3471- 2228.

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

- 17.14. Este Edital se completa com as regras e princípios da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Federal nº 3.555/2000 e Decreto Municipal nº 381/2005, do Regulamento do Pregão e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93;
- 17.15. Este edital contém os seguintes anexos: Anexo I Especificações do objeto; Anexo II Minuta de Contrato; Anexo III Declaração de Idoneidade; Anexo IV Modelo de Procuração; Anexo V Declaração de inexistência de fato superveniente; Anexo VI Declaração de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999; **Anexo VII Recibo de retirada de edital pela internet.**
- 17.16. É competente o Foro da Comarca de São Francisco do Sul-SC, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.
- 17.17. O presente edital poderá ser obtido na Secretaria de Admistração/Setor de Licitação, localizado à Praça Dr. Getulio Vargas,01 Centro São Francisco do Sul-SC., neste caso, o interessado levar um CD-ROM ou pen drive, para que ato convocatório seja gravado neles, ou através do site www.saofranciscodosul.sc.gov.br.

São Francisco do Sul 12 de dezembro de 2013.

JOSÉ EDUARDO HENNING NETO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 171/2013

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA:

Justificam-se por interesse público, visando dar procedimento as rotinas de trabalhos da Secretaria Municipal dos Balneários, face ao trabalho ininterrupto de conservação das vias públicas dos bairros sobre a jurisdição desta Secretaria.

2. OBJETIVO / FINALIDADE:

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 171.000,00 (cento e setenta e um mil) litros de óleo Diesel comum e/ou superior e 14.400,00(quatorze mil e quatrocentos) litros de Gasolina Comum , pelo período de 12 meses para o exercício de 2014.

3.0 - **OBJETO**:

LOTE ÚNICO

| PRODUTO | UNID. | QUANTIDADE | PREÇO UNI- TÁRIO | PREÇO TOTAL |
|---------------------------------|-------|------------|---------------------|-------------|
| Óleo Diesel comum e/ou superior | LTS | 171.000,00 | | |
| Gasolina Comum, | LTS | 14.400,00 | | |
| VALOR | | | | |

4.0 – PRAZO DE ENTREGA

Pelo período de 12 meses, conforme solicitação da Secretaria Municipal dos Balneários.

5.0 – FISCALIZAÇÃO

A. A fiscalização da prestação de serviços será exercida pela Secretaria Municipal dos Balneários de São Francisco do Sul – SC por meio de servidor designado:



Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

(fiscalizador do contrato do contrato): José Lúcio Gascho.

(gerente do contrato do contrato): Dioclésio Izidoro Antunes

B – A fiscalização se reserva o direito de recusar os serviços executados que não atenderem as especificações estabelecidas pela Secretaria Municipal dos Balneários de São Francisco do Sul – SC.

6.0 – DO REAJUSTE

6.1.1 Os preços contratuais resultante do objeto da presente licitação só serão reajustado conforme determinação dos órgãos do Governo Federal responsável.

7.0 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no orçamento do Município, sendo:

| UNIDADE ORÇAMENTÁRIA | |
|--|-------------|
| Secretaria Municipal dos Balneários | 19.001 |
| PROGRAMA | 0035 |
| PROJETO / ATIVIDADE | 2042 |
| Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria dos Balneários | |
| ELEMENTO DE DESPESA | 339030 - 01 |
| Aplicações Diretas (material de consumo) | |
| VÍNCULO DE RECURSO | 14202 |
| Royalties do Petróleo – Lei 9478/97 | |

8.0 - DO PAGAMENTO

- 8.1 O pagamento dar-se-á à CONTRATADA, no prazo de **30 (trinta dias)** após a entrega do pedido, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente vistada pelo Secretário Municipal dos Balneários, **sendo que as notas deverão ser entregue do 1º dia útil até no máximo o 24º dia útil do mês corrente.**
- 8.2 A nota fiscal deverá discriminar o serviço ou produto fornecido.
- 8.3 Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.
- 8.4 Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

A Contratada deverá justificar fundamentada, prévia e formalmente qualquer ocorrência que a leve a descumprir os deveres estabelecidos neste Termo. A aceitação da justificativa ficará a critério Secretária Municipal dos Balneários.

9.0 - FORMA DE EXECUÇÃO

Pelo período de 12 meses, com entrega dos combustíveis na bomba do Posto vencedor, dentro do perímetro urbano do município de São Francisco do Sul – SC, por funcionário devidamente identificado e autorizado pelo Gestor da Pasta.

10 - LOCAL DE ENTREGA DA NOTA FISCAL.

SECRETARIA MUNICIPAL DOS BALNEÁRIOS

Avenida Bogotá, s/n – Ubatuba – São Francisco do Sul/SC. CEP 89240-000 - Fone: (47) 3442-2259 / 4100 – Fax: (47) 3442-5732

> Dioclésio Isidoro Antunes Secretário Municipal dos Balneários

> > 17

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 Fax (047) 3471-2229 - CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 - São Francisco do Sul - Santa Catarina

EDITAL DE PREÇÃO PRESENCIAL

| | AO N° 171/2013 |
|---|--|
| | EXO II E CONTRATO |
| | INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, E A EMPRESA |
| FRANCISCO DO SUL-SC, entidade de di sob nº 83.102.26903.264.792/0001-08, nest e de outro lado a firma | entre si fazem o MUNICIPIO DE SÃO ireito público interno, inscrito no CNPJ/MF. te ato representado pelo Prefeito Municipal,, pessoa jurídica de direito privado, nº, ", neste ato representada CPF sob nº, doravante denominados respectivamente m decorrência do processo licitatório –//2014, de conformidade com a Lei as alterações, têm entre si justo e acertado o |
| CLÁUSULA 1ª – OBJETO | |
| superior e gasolina comum para o exe | a o fornecimento de óleo diesel comum e/ou ercício de 2014, em conformidade com as ermo de Referência) e proposta da vencedora, erato, sendo: |
| 171.000 litros de óleo diesel comum 14.400 litros de gasolina comum ao | e/ou superior ao preço unitário de R\$,00. preço unitário de R\$,00. |
| CLÁUSULA 2ª – DO PREÇO E CONDIC | ÇÕES DE PAGAMENTO |
| | |



Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

CLÁUSULA 3ª – DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

| Unidade Orçamentária | 1901 – Secretaria Municipa dos Balneários | | |
|----------------------|---|--|--|
| | Gerência de Serviços Administrativos e Finaceiros | | |
| Projeto Atividade | 2042 – Manut. das atividades administrativas da Secretaria | | |
| Elemento Despesa | 339030.01 – Combustíveis e lubrificantes automotivos | | |
| Vínculo do Recurso | 14202 – Royalties de Petróleo - Lei 9478/97 - 49 | | |

CLÁUSULA 4ª - ALTERAÇÃO DE PREÇOS

No caso de haver alteração de preços dos combustíveis pelo Governo Federal, os preços estabelecidos neste Contrato serão fixados no mesmo percentual.

CLÁUSULA 5^a – PENALIDADES

- 5.1. Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, o Município poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:
- a) **advertência**, em virtude do descumprimento de obrigações de pequena monta, podendo a Administração, no caso de haver o cometimento reiterado das faltas ensejadoras desta sanção, aplicar outras mais severas;
- b) **multa** de mora de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor total empenhado, em virtude de atraso no cumprimento das obrigações estabelecidas, aplicada até o limite de cinco dias;
- c) **multa** de 2% (dois por cento), sobre o valor integral do empenho, em razão de inexecução total, ou sobre o valor remanescente, no caso de inexecução parcial;
- d) **suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 5.2. Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 05 (cinco) dias do indicado para entrega do objeto.
- 5.3. A sanção prevista na alínea "d", do subitem 16.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.
- 5.4. A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pela contratada, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.
- 5.5. As multas poderão ser cumuladas e serão descontadas dos valores devidos à contratada, se houver, ou cobradas judicialmente.



Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

CLÁUSULA 6^a - RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Contrato poderá ser rescindido amigável ou judicialmente, nos casos previstos no Capítulo III – Seção V, da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993 e suas alterações.

CLÁUSULA 7^a - ENCARGOS

Todos os encargos de natureza previdenciária, trabalhista, e quaisquer outros que venham a decorrer do Contrato ora ajustado correrão por conta da CONTRATADA, comprometendo-se a mesma a apresentar mensalmente à Secretaria Municipal de Finanças, cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS, sob pena da não liberação do pagamento.

CLÁUSULA 8ª - FISCALIZAÇÃO

- 12.1 A fiscalização da entrega dos produtos ficará a cargo do CONTRATANTE, através da Secretaria Municipal dos Balneários, o que em hipótese alguma eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas no Código Civil, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 12.2 A entrega dos produtos será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da contratante, com atribuições específicas, devidamente designado em cumprimento ao disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666-93, ao qual caberá:
 - a) responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;
 - b) certificar a execução dos serviços, encaminhando cópia desta certificação à Secretaria Municipal de Finanças;
 - c) pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade.
 - d) adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul;
 - e) notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula deste contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Administração, para ser anexada ao contrato;
 - f) adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da CONTRATANTE;

Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

g) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Parágrafo Primeiro

A contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com este Contrato.

CLÁUSULA 9^a – PRAZO

O presente Contrato passará a vigorar a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014.

Os produtos relacionados na cláusula primeira serão solicitados de acordo com a sua necessidade, mediante apresentação de requisição devidamente assinada pelo Secretário Municipal dos Balneários.

CLÁUSULA 9ª - FORO

Para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca.

E, por estarem acordes, assinam o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

| São Francisco do Sul, de | de 2014. |
|--------------------------|------------|
| PREFEITO MUNICIPAL | CONTRATADA |
| TESTEMUNHAS: | |
| | |



Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 171/2013

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

| , CNPJ n° | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|
| (nome da empresa) | | | | | |
| sediada | | | | | |
| (endereço completo) | | | | | |
| eclara, sob as penas da lei, que CUMPRE todos os requisitos habilitatórios do Pregão nº 71/2013 da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC. | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| , de de 2014. | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| (nome completo do representante da empresa ou proprietário, n° da C.I.) | | | | | |
| (assinatura) | | | | | |



Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 171/2013

ANEXO IV

PROCURAÇÃO

| Por este instrumen | to, a empresa | | | | | , se | diada | em |
|---|----------------|-------------|------------|----------|-----------|---------|--------|------|
| | | , ir | nscrita | no | CNPJ | sob | 0 | n° |
| | | outorga | Į | | poderes | | | a |
| | | | , | portad | or do | docum | iento | de |
| identidade n° _ | | , | inscrito | no | CPF/MF | sob | O | n° |
| | , p | ara represe | ntá-la no | Pregão | nº 171/20 |)13 da | Prefei | tura |
| Municipal de São relativos ao certar documentos da licit propô-los. | ne, notadament | e: formula | ır ofertas | s, inclu | sive verl | bais; a | ssinar | os |
| | (assinatura | a, nome e C | PF do ma | ındante) | | | | |



Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 171/2013

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

| , (| CNPJ n° | | | | | | | |
|---|----------------------|-------------|--|--|--|--|--|--|
| (nome do profissional ou da empresa) | | | | | | | | |
| (endereço cor | mpleto) | | | | | | | |
| declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos par habilitação no Pregão nº 171/2013, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorré supervenientes. | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| ,d | e | de 2014. | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| (nome completo do representante da emp | resa ou proprietário | n° da C I) | | | | | | |
| (assinatura | • • | ., | | | | | | |



Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 Fax (047) 3471-2229 – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 - São Francisco do Sul - Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL

LICITAÇÃO Nº 171/2013

ANEXO VI

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

| | , CNPJ n° | |
|--|---|-----------------------------|
| (nome da empresa) | | |
| sediada | | |
| | (endereço completo) | inciga VVVIII do out 70 do |
| declara, sob as penas da lei, que C Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 | - | inciso XXXIII do art. /* da |
| | | |
| | | |
| | | |
| , | de | de 2014. |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| (nome completo do represer | ntante ou proprietário da e (assinatura) | empresa, n° da C.I.) |



Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Caixa Postal 21 – Fones (047) 3471-2228 **Fax (047) 3471-2229** – CNPJ 83.102.269/0001-06 Cep 89240-000 – São Francisco do Sul – Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 171/2013

ANEXO VII

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre a Prefeitura Municipal e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao Setor de Licitação por meio do e-mail: licitação gasofranciscodosul.sc.gov.br.

A não remessa do recibo exime o Pregoeiro da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

| Razão Social: | | | | _ |
|------------------------|-------------------|---------------------|------------------------|-----------|
| C.N.P.J. n° | | | | |
| Endereço: | | | | - |
| E-mail: | | | | - |
| Cidade: | Estado: | _ Telefone: | Fax: | - |
| Pessoa para contato: | : | | | |
| Recebemo identificada. | os nesta data, có | ópia do instrumento | convocatório da licita | ção acima |
| Local: | , | de | de 2014. | |
| | | | | |
| | | Assinatura | | |